

Estudo Técnico Preliminar 23/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 08354.001997/2022-31

2. Descrição da necessidade

2.1. Trata-se de contratação que visa suprir necessidades novas de atendimento em posto de atendimento no Aeroporto de Confins e corrigir deficiências de contratos vigentes, com migração de postos com similaridade de funções em novas contratações e evitar o desvio de atribuições para serviços terceirizados.

2.2. No que se refere às novas necessidades, a unidade de Migração da Polícia Federal no Aeroporto de Confins comunicou em 19/01/2023, por meio do Despacho SEI 26597162 NPAER/DELEMIG/DREX/SR/PF/MG (processo 08354.000113/2023-10), a necessidade de contratação de um posto 24/7hs para atendimento ao público migratório, vez que a INFRAERO tem incentivado a continuidade ao Plano de Desligamento Incentivado de seus funcionários, reduzindo sensivelmente o número de servidores cedidos a outros órgãos, prejudicando o atendimento ao público nas cabines de atendimento da PF. Em comunicação recente, conforme SEI 30111758, realizada em 12/07/2023, a situação se agravou, com o desligamento de mais uma funcionária que exercia o atendimento na PF, fazendo jus à condição de emergência na contratação.

2.3. No que se refere à migração de funções em contratos vigentes, há de se pontuar o Contrato nº 02/2023-SR/PF/MG com a empresa ATUAL SERVICE LTDA, foi realizado através de Dispensa de Licitação nº 04/2023 para abrigar remanescente de contrato que foi extinto por força de rescisão, em decorrência de falhas na execução contratual pela antiga Contratada, AMAZON CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI. Acontece que a nova contratada já está apresentando deficiências na condução do contrato, pois o valor pactuado para a assinatura do contrato está aquém dos ganhos privados com esse tipo de contratação, vislumbrando a necessidade de migração dos postos para novos contratos. Para a presente contratação, faz-se a migração dos postos de telefonista, jardinagem e copeira, haja vista a similaridade de funções e o enquadramento de objeto. Os postos remanescentes terão migração continuada para os novos contratos de manutenção predial (almoxarifos e auxiliar de almoxarifos).

2.4. No que se refere ao posto de motorista, houve questionamento da Assessoria Jurídica da União quanto ao desvio de função de técnico de secretariado pertencente ao setor do UTRAN, que realizava o deslocamento de viaturas oficiais para oficina mecânica, fato que extrapolava as atividades de um posto de secretariado que envolve basicamente serviços administrativos. Somando-se a esse questionamento, a SRMG tem uma demanda reprimida para deslocamento de pessoas provenientes de outros Estados que realizam serviços nas unidades de Polícia Federal, tais como autoridades, servidores administrativos e técnicos, além de realizar o deslocamento de servidores policiais e administrativos em reuniões agendadas dentro da Região metropolitana. Para solução da demanda reprimida e do desvio de função, propõe-se a contratação de posto de motorista que visa suprir todas as demandas de transporte de passageiros e veículos para atender a SRMG.

2.5. A contratação de empresa especializada para prestar serviços de secretária bilíngue, telefonista, copeira, jardineiro e motorista executivo, faz-se necessária considerando o rol de atividades desenvolvidas por esta Superintendência Regional, no atendimento ao público em guichê de entrada migratória e encaminhamento de ligações telefônicas no posto de atendimento ao brasileiro e estrangeiro no posto da PF no Shopping Ponteio, bem como atividades de apoio administrativo na sede da Superintendência Regional em Minas Gerais.

2.6. A necessidade de contratação da prestação de serviços decorre da inexistência de pessoal técnico para apoio em sua execução, uma vez que os cargos contratados não fazem parte do quadro de servidores deste órgão, nem possuem atribuições pertinentes a estes, não atuando nas atividades típicas da SR/PF/MG. Tal atividade, entretanto, auxilia no atendimento eficiente aos clientes/usuários internos e externos da Polícia Federal. Ainda, os serviços a serem contratados alinham-se ao teor do Parecer da DELP/CRH/DGP/DPF.

2.7. Além disso, a contratação está de acordo com a legislação afeta ao tema, senão vejamos:

- Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 (Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública Federal);
- Lei nº 9.632, de 07 de maio de 1998 (Dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal);
- Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Institui o estatuto nacional da microempresa e empresa de pequeno porte); 2.3.4. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho) e Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949 (pagamento de salário em feriados);

- Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 (Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns);
- Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001 (Dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF);
- Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015 (Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte no âmbito da Administração Pública Federal);
- Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03, de 26 de abril de 2018 (Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF);
- Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 (dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de serviços pela Administração Pública Federal) ;
- Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 25 de maio de 2017 (dispõe sobre regras e diretrizes do procedimentos de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal);
- Instrução Normativa SEGES/SED/ME nº 73, de 5 de agosto de 2020 (dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral);
- Portaria nº 443/2018-MPDG (Serviços que serão preferencialmente terceirizados);
- Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 (Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da Administração Pública Federal) o qual dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional:

"Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal."

2.8. Os serviços possuem caráter de serviço comum, tratado pela Lei 14.133/21 e Decreto 10.024/19, haja vista possuírem padrões de desempenho, qualidade e características da prestação dos serviços, como usuais do mercado e passíveis de descrição sucintas, podendo ser contratados por meio de Pregão Eletrônico.

2.9. Também possuem natureza contínua, considerados auxiliares e imprescindíveis para subsidiar o pleno desempenho das atribuições típicas que, caso sejam interrompidos, comprometerão a celeridade e a continuidade da atividade policial fim, haja vista a necessidade de deslocamento de servidores para tal mister.

2.10. São ainda serviços que podem ser prestados com dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do art. 17 da IN 05/2017-SEGES/MPDG, que preconiza:

"I - os empregados da contratada fiquem à disposição nas dependências da contratante para a prestação dos serviços;

II - a contratada não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; e

III - a contratada possibilite a fiscalização pela contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos. Parágrafo único. Os serviços de que trata o caput poderão ser prestados fora das dependências do órgão ou entidade, desde que não seja nas dependências da contratada e presentes os requisitos dos incisos II e III"

2.11. Nos termos da Instrução Normativa supracitada, o objeto desta prestação de serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedada a relação que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

2.12. Ademais, o objeto da contratação alinha-se às diretrizes traçadas no Planejamento Estratégico 2011/2023 da Polícia Federal, SEI 28364940, aprovado pela Portaria n.º 4453/2014-DG/PF, de 16 de maio de 2014 e atualizado pela Resolução n.º 005/2021-CGPF/PF, de 12 de agosto de 2021, objetivando a implantação de uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficiência e da efetividade das atividades e dos serviços prestados.

2.13. Desta forma, tendo em vista as considerações apresentadas, a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços em tela mostra-se vantajosa, já que tem por objetivo, melhorar a qualidade e eficiência dos serviços prestados por esta SRMG, resultando ainda em economia e rapidez na sua execução.

2.14. Cargo de Telefonista

2.14.1. Dispõe art. 1º da Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, em seus incisos VII, VIII e XXIV, que serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os serviços de teleatendimento.

2.14.2. A Polícia Federal tem suas competências, definidas no §1º do artigo 144 da Constituição Federal, que, para o exercício das mesmas deve contar com o suporte administrativo, além de necessitar, para o pleno desenvolvimento das atividades finalísticas, do funcionamento adequado e eficiente de sua infraestrutura, principalmente no que tange às atividades elencadas acima.

2.14.3. Como benefícios diretos advindos da presente contratação tem-se o correto atendimento telefônico dos públicos interno e externo a fim de que se mantenham os padrões adequados para o desenvolvimento das atividades institucionais da PF.

2.14.4. A presente contratação encontra-se alinhada à legislação que disciplina a terceirização de serviços, mais especificamente de acordo com a IN nº 05/2017 MPDG, de 26 de maio de 2017 e suas alterações posteriores, além de obedecer ao especificado nas demais normas pertinentes ao assunto, dentre elas, a Lei 14.133/21, o Decreto nº 9.507/2018 e o Decreto nº 10.024/2019.

2.14.5. Para atendimento da demanda, propõe-se a realização de contratação para o posto de teleatendimento, agrupando junto aos demais postos, de forma a tornar mais atrativo ao mercado, em busca de se evitar situações que acontecem nos atuais contratos que passaram por rescisão contratual e contratação de remanescente por dispensa de licitação emergencial. Um contrato robusto oferece maiores condições de lucratividade para a licitante e de melhor gestão para a Administração, pois impacta em menos horas para solução dos conflitos administrativos que ocorrem ao longo da gestão contratual, com perda de economia de escala.

2.14.6. Além disso há de se apontar que um contrato mais robusto gera mais concorrência entre licitantes, com consequente redução do preço final contratado, sendo economicamente vantajoso para a Administração. Conforme bem define o Manual de Licitações e Contratos do TCU: "Sabe-se que economia de escala atrela preço à quantidade demandada. Por isso, quanto maior o quantitativo licitado, menor poderá ser o custo do produto, que tem por limite o chamado custo zero" (...).

2.15. Serviços de secretariado executivo (Secretária Executiva Bilíngue)

2.15.1. Dispõe art. 1º da Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, em seus incisos XVIII, que serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os serviços de recepção.

2.15.2. A atividade relacionada à recepção, prevista no inciso XVIII do referido normativo, é de suma relevância para a Administração Pública, necessário na prestação de atendimento ao público externo na migração aeroportuária de Confins, MG, onde recentemente a unidade de Migração da Polícia Federal no Aeroporto de Confins comunicou em 19/01/2023, por meio do Despacho 26597162 NPAER/DELEMIG/DREX/SR/PF/MG (processo 08354.000113/2023-10), que necessita com urgência da contratação de um posto 24h para o atendimento ao público, vez que a INFRAERO, que havia cedido funcionários para tal finalidade, tem dado continuidade ao Plano de Desligamento Incentivado, o que consequentemente ocasionou redução considerável de funcionários cedidos pelo Órgão.

2.15.3. A referida prestação de serviço é essencial para auxiliar os policiais, a fim desses últimos se concentrarem nas atividades finalísticas do controle migratório. Além disso, buscando melhorar o atendimento desse público específico, sugere-se a exigência de profissional bilíngue.

2.16. Serviço de transporte de passageiros (motorista executivo)

2.16.1 Dispõe art. 1º da Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, em seus incisos XVIII, que serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os serviços de transporte de passageiros.

2.16.2. A atividade visa suprir deficiências na gestão de transporte de pessoas entre unidades da Polícia Federal, abrangendo autoridades, policiais e administrativos em trânsito, bem como na participação de eventos e atividades administrativas dentro da região metropolitana de Belo Horizonte. Além disso, há de se considerar a necessidade de transporte de viaturas oficiais entre as unidades e oficinas credenciadas pelo contrato de gestão de frota e manutenção de veículos. Tais atividades são de suma importância para a Polícia Federal para manter a frota de veículos em funcionamento para o pronto uso policial e administrativo. Atualmente esse serviço é realizado por desvio de função de um técnico de secretariado, que foi suprimido na nova contratação, por sugestão da Assessoria Jurídica.

2.17. Serviço de jardinagem e copeiragem

2.17.1 Dispõe art. 1º da Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, em seus incisos XVIII, que serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os serviços de transporte de passageiros.

2.17.2. As atividades acessórias de apoio administrativo e logístico serão transferidas do atual remanescente de contrato, que já está em vias de ser extinto, haja vista a dificuldade de condução dos serviços por parte da nova empresa contratada. Será acrescido um posto de copeira para atender a nova sede da SRMG que será dividida em duas edificações, além da manutenção do posto de jardineiro que fará a manutenção dos jardins atuais e da nova edificação.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GTED/SELOG/SR/PF/MG	Daniel Carvalho dos Santos
NPAER/DELEMIG/DREX/SR/PF/MG	DPF DANIEL NUNES
UTRAN/SELOG/SR/PF/MG	AADM MAURO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Em relação à natureza do serviço, são classificados como auxiliares de manutenção e de apoio administrativo, técnico e operacional, de natureza continuada (contratação de mão de obra com dedicação exclusiva), sob demanda (para serviços eventuais e peças/materiais). Todos se enquadram nos pressupostos da Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 3.555/2000 e Decreto nº 5.450/2005, que define os mesmos como COMUNS, já que tem padrões de desempenho e qualidade concisos e objetivamente definidos através de instrumento específico (termo de referência), em conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado, com prestação por empresas do ramo de forma fácil e usual.

4.2. Estima-se que, se a CONTRATADA atender a todos os requisitos definidos em Edital e tiver boa execução contratual, conforme as diretrizes traçadas no Termo de Referência, o contrato terá duração de 12 meses, com possibilidade de prorrogação, limitados à 10 anos, em conformidade com o art. 108 da Lei 14.133/21.

4.3. Para que os serviços sejam realizados com agilidade, eficiência, qualidade e segurança, a Polícia Federal opta pela contratação dos serviços terceirizados desde que sejam atendidos os seguintes pré-requisitos:

- observância das normas pertinentes à modalidade licitatória apropriada para o caso;
- cumprimento das formalidades necessárias à instrução processual, tanto na fase interna como na fase externa da licitação;
- dimensionamento adequado dos postos de trabalho e consequente valor estimado de modo a garantir boa relação custo/benefício;
- célere instrução do processo de modo a garantir que não haja solução de continuidade nos serviços ora prestados.
- a empresa selecionada possua capacidade técnica, financeira e jurídica de prestar os serviços objeto da licitação;
- a empresa selecionada esteja ciente das especificidades dos serviços a serem prestados, possuindo quadro de funcionários suficiente para atender as exigências a serem definidas no Termo de Referência;

- as empresas participantes devem observar as Convenções Coletivas da categoria envolvida na prestação dos serviços vigentes em 2022, bem como a legislação trabalhista vigente.
- a empresa selecionada esteja ciente de que é um serviço continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.
- Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5. Levantamento de Mercado

5.1. A solução viável para contratação dos serviços é através de Pregão Eletrônico, regido pela Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e demais legislações pertinentes, pois configuram serviços comuns, tendo em vista a apresentação de padrões de desempenho e qualidade concisos e objetivamente definidos, em conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado, além de serem facilmente prestados por diversas empresas do ramo.

5.2. Além disso, quanto a pesquisa de preços, foram utilizados os seguintes parâmetros na planilha de custos e formação de preços:

a) - Utilização de consulta preferencial ao Pannel de Preços, seguindo o regramento contido na Instrução Normativa 73/2020-MPD, especialmente em seu art. 5º, que assim estabelece:

"Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - Pannel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldepcores, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

§1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereço e telefone de contato; e

d) data de emissão.

III - registro, nos autos da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput."

b) Consulta às Convenções coletivas de trabalho de cada localidade e posto de trabalho correspondentes ou similares aos serviços com dedicação exclusiva de mão de obra;

5.3. Foram consultadas licitações realizadas por outros órgãos, por meio do Pannel de Preços, como, por exemplo:

- Pregão Eletrônico nº 02/2023 (Processo nº 48620.204383/2022-36) - Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de apoio administrativo e serviços auxiliares, a serem executados nas instalações do Núcleo Regional de Fiscalização do Abastecimento de São Paulo - ANP.

- Pregão Eletrônico nº 01/2023 (Processo nº 01506.001290/2022-02) - Contratação de serviços continuados de Apoio Administrativo e Auxiliares.

- Pregão Eletrônico nº 04/2023 (Processo nº 25017.004503/2022-10) - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de apoio às atividades administrativas de Secretário Executivo para atender à demanda da SEMS/RN.

- Pregão Eletrônico nº 11/2022 (UASG 1058378) - Contratação de serviços continuados de Limpeza e Conservação, Manutenção Predial, Jardinagem, Transporte, Apoio Administrativo, Recepção, Telefonia e Vigilância, Serviços e apoio nas atividades de: Produção agropecuária, Manutenção e conservação de veículos, tratores, máquinas e implementos agrícolas, Produção agroindustrial, limpeza e manutenção do campus.

- Pregão Eletrônico nº 03/2022 (UASG 389233) - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de teleatendimento receptivo, na forma humana, com funcionamento no período de segunda a sexta das 08 (oito) às 17 (dezesete) horas, exceto feriados Municipais e Federais, fora das dependências do CRO-MG, contemplando, ainda, o fornecimento de infraestrutura (mobiliário e equipamentos necessários) treinamento e o aperfeiçoamento periódico da mão de obra. Será fornecido pelo CROMG conta e linha no padrão SIP;

- Pregão Eletrônico nº 03/2023 (Processo nº 08420.010357/2022-81) - Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de recepcionistas e técnicos em secretariado para atender às necessidades da SR/PF/RN.

- Pregão Eletrônico nº 02/2023 (SEI/SUSEP - 1561701 - TERMO - Referência) - Contratação de serviços contínuos de secretariado técnico (um posto) e de assistente administrativo (um posto) a serem executados nas dependências da Regional da Superintendência de Seguros Privados em São Paulo, situada na Av. Paulista 1804 - 10º andar – São Paulo – SP.

- Pregão Eletrônico nº 08/2020 (TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO) - Contratação de serviços de apoio administrativo de técnico em secretariado, CATSER: 2286-1.

5.3. Dos resultados obtidos verificamos que os serviços secretariado executivo bilíngue, telefonista, jardineiro, copeiro e motorista executivo são comumente contratados pelos mais variados órgãos públicos.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A descrição da solução, isto é, a contratação de empresa para a prestação de serviços especializados e contínuos de secretariado executivo bilíngue, telefonista, jardineiro, copeiro e motorista executivo, a serem executados nas dependências do edifício sede e nas unidades descentralizadas desta SR/PF/MG em todo o estado, será feita no documento Termo de Referência. Nele, constarão todos os pormenores: carga horária, cargos com CBO, obrigações da CONTRATADA e da CONTRATANTE, sanções e política de pagamento e reajuste.

6.2. Especificamente, trata-se de contratação conjunta de 05 (cinco) funções, para as áreas de teleatendimento, atendimento em posto migratório, serviço de transporte de passageiros, manutenção de áreas verdes e serviço de copeiragem.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Atualmente a Superintendência Regional de Polícia Federal tem um único contrato que abrange as funções de telefonista, copeiras, carregadores, lavador de carro e jardineiro. Esse contrato tem apresentado vários problemas de gestão contratual ao longo dos anos, haja vista ser um contrato enxuto com pouca possibilidade de abertura para as licitantes no manejo de recursos, considerando que a Gestão Contratual tem rígido controle de funções, direitos e deveres.

7.2. Visando suprir essas deficiências de contratos menores, o contrato atual gerou migração de funções para contratos maiores, de forma a suprimir a contratação de uma solução com pouco postos. Para tal, os postos de carregadores e lavador de carro, migrou para o novo contrato de manutenção predial e os postos de jardinagem e copeira serão migrados para o contrato de limpeza e conservação, que tem atividades correlatas.

7.3. A proposta inicial era migrar o posto de teleatendimento para o contrato de manutenção predial, mas considerando que a função não tem qualquer correlação com o objeto contratado, tão pouco com o contrato de limpeza e conservação, foi necessário rever o ato de migração.

7.4. Para suprir a demanda, foram adicionados postos de demandas reprimidas que estavam em análise no setor de contratos. A proposta é criação de um contrato de três funções, reunindo na mesma contratação serviços terceirizados de mão de obra para transporte de passageiros, teleatendimento e atendimento em posto migratório.

7.5. Há de se pontuar que será criado um contrato menor que o atual, para serviços que são imprescindíveis e que podem gerar problemas futuros de gestão contratual. No entanto, haja vista a urgência que o caso requer, com base em serviços que já foram suprimidos, faz-se a tentativa em uma nova contratação.

7.6. Nessa nova solução, propõem-se a contratação de dois postos de teleatendimento, um de secretária executiva bilingue, dois postos de copeira, um posto de jardineiro e dois de motoristas, sendo que apenas um posto de transporte de passageiros será ativado no momento da contratação, ficando o outro posto sob reserva da Administração. Tal previsão é importante, pois é necessário observar nos primeiros meses da contratação se o posto será suficiente para suprir a demanda de transporte atual.

7.7. Com base nas premissas acima, há de se pontuar que a quantidade de postos foi obtida pelo somatório de postos necessários para atender as demandas da Administração, não havendo superdimensionamento.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 739.049,18

8.1. De acordo com os fundamentos acima, o novo contrato de cinco funções terá um custo estimado de R\$ 3.536.232,65, com valor obtido a partir dos seguintes critérios:

- Convenção Coletiva celebrada entre o SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EDIFÍCIOS E CONDOMÍNIOS e SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, para os cargos de jardineiro e copeira;
- Convenção Coletiva celebrada entre o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSRVAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS URBANO, SEMIURBANO, METROPOLITANO, RODOVIÁRIO, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL, para o cargo de motorista executivo categoria E;
- Convenção Coletiva celebrada entre o SINDICADO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e FEDERAÇÃO DAS SECRETÁRIAS E SECRETÁRIOS, para o cargo de secretária executiva bilíngue;
- Convenção Coletiva celebrada entre o SINDICADO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES DO ESTADO DE MINAS GERAIS para o cargo de telefonista.
- Os decretos de definição do valor da tarifa de transporte público vigentes em todas as localidades;
- Leis e Decretos que definem as alíquotas de ISSQN em todas as localidades;
- Consulta a CBO de ambos os cargos no site do Ministério do Trabalho e Emprego;
- Pesquisa de preços de insumos de uniformes e ferramentas para cada cargo.

8.2. Há de se pontuar que tal planilha ainda está desatualizada com relação a alguns insumos e ainda serão revistas as Convenções Coletivas para se atualizar o valor final, mas é um ponto de partida.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. As justificativas para o não parcelamento da solução encontram-se contidas no Item 2 (Necessidade da contratação) deste Estudo Técnico Preliminar.

9.1.1. Saliente-se ainda que, sob o enfoque administrativo e jurídico, a opção do parcelamento seria equivocada por demandar várias contratações, instrumentalização, gestão e fiscalização dos contratos, resultando em maior gasto financeiro, de tempo e pessoal envolvido, aumento de ocorrências passíveis de sanções contratuais gerando incerteza na definição das responsabilidades, haja vista a multiplicidade de empresas prestadoras de serviço;

9.1.2. Sob o aspecto econômico, a contratação de uma única pessoa jurídica proporcionará vantagens econômicas à Administração Pública, com a redução de custos e despesas e com o ganho de economia de escala, de modo a obter uma contratação mais vantajosa para a Administração.

9.1.3. Sob o ponto de vista licitatório, a separação dos postos em itens ou lotes poderá resultar na não contratação de alguns dos postos, considerando que não será atrativo comercialmente para as licitantes, culminando, portanto, na falta de continuidade da função pelo setor demandante.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há outras contratações correlatas ou interdependentes, além das relacionadas.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O Plano Estratégico da Polícia Federal – 2014/2022, atualizado pela Resolução nº 05/2011-DG/DPF, de 12 de agosto de 2021, no item 2.5.2 do anexo IV (26674837), prevê que a Polícia Federal deve objetivar a implantação de uma cultura permanente de gestão estratégica, em busca de eficiência e efetividade das atividades dos serviços prestados.

11.2. Dentre as ações estratégicas institucionais, otimizando o emprego dos bens e recursos materiais, segue abaixo algumas das diretrizes traçadas no planejamento do órgão:

"2.5. Objetivo: Conferir Efetividade no Emprego dos Recursos

Conferir efetividade e modernização de técnicas voltadas à gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.

2.5.2. Ação Estratégica: Padronizar a Gestão de Compras e Contratações

Padronizar e otimizar as atividades de aquisição de bens e serviços, atuando na elaboração de processos de compras em todas as suas modalidades, objetivando a racionalização das aquisições com foco na economicidade. Assim como, acompanhar e controlar sistematicamente a execução dos contratos, agindo de forma proativa e preventiva para o pleno cumprimento das cláusulas previstas no instrumento contratual, bem como analisar e verificar a necessidade de ajustes, melhorias e renovações.

2.5.3. Ação Estratégica: Uniformizar a Gestão Orçamentária e Financeira

Uniformizar e implementar procedimentos relativos às boas práticas orçamentário-financeiro-contábeis, no sentido de supervisionar, controlar e avaliar a execução orçamentária.

2.7. Objetivo Institucional: Consolidar a Governança e os Mecanismos de Controle Institucional

Consolidar o conjunto de práticas gerenciais voltadas ao cumprimento da missão institucional do órgão, com a finalidade de estabelecer um modelo de tomada de decisão a respeito de: planejamento estratégico, riscos e controles internos, integridade, transparência, políticas públicas e recursos de Tecnologia de Informação e Comunicações, contratações e pessoal."

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Garantir suporte administrativo para as atividades meio e finalísticas da Polícia Federal em Minas Gerais.

12.2. A contratação destes serviços também possibilitará um melhor aproveitamento dos recursos humanos deste órgão, notadamente no que se refere a policiais e servidores administrativos que poderão se dedicar a atividades de cunho mais especializado e de maior complexidade.

12.3 Nesse contexto, não resta dúvidas que a Polícia Federal necessita firmar tal contratação, podendo assim, realizar suas atividades respaldadas em condições físicas e ambientais para o desenvolvimento de suas atividades institucionais.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para a execução do contrato, não há necessidade de adequações físicas nas unidades de prestação de serviço.

13.2. Os equipamentos a serem utilizados, como computadores, telefones, já constam do patrimônio da PF. Os demais serão objeto da contratação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os serviços a serem contratados possuem critérios e práticas de sustentabilidade em relação aos materiais, bem como a previsão da adequada execução a fim de atender as demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável.

14.2. O conteúdo dessa matéria também estabelece ações ambientais, visto que a IN nº 05/2017- SEGES/MPDG, exige na contratação em tela a observância de exigências de sustentabilidade ambiental na execução do serviço, o que será feito por treinamento de empregados da Contratada, por conscientização de todos os envolvidos, ou por meios de ações concretas apontadas especialmente nas especificações técnicas dos serviços e obrigações da Contratada e Contratante.

14.3. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição, se pautam por pressupostos que deverão ser observados tanto pela Contratada como pela Contratante, a saber:

14.3.1. racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

14.3.2. treinamento/capacitação periódica dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;

14.3.3. aquisição de materiais em conformidade com a Legislação Ambiental vigente.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. A viabilidade justifica-se em razão da experiência adquirida nas contratações pretéritas com o mesmo objeto, além de observar a legislação vigente que rege as contratações no setor Público.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

DANIEL CARVALHO DOS SANTOS

Membro da comissão de contratação

